

Antes de mais, muito obrigado por me terem convidado a assinalar convosco os 90 anos da Associação do Inquilinos Lisbonenses.

Muitos parabéns e votos de continuidade do bom trabalho ***por uma habitação condigna.*** Como é vosso lema.

Foi com muita satisfação que aceitei o convite para aqui estar mas, ao mesmo tempo, confesso também não me ser muito agradável, pessoalmente, o assunto da minha participação, dado ter o peso dos muitos anos vividos.

Diz-se, na tropa, que *“a antiguidade é um posto”*, e também por essa razão sou anti-militarista, o que não quer dizer que seja contra os militares, bem pelo contrário... muito particularmente lembrando-me daqueles que, sendo Povo vestindo farda, abriram as portas de Caxias e Peniche e de outras prisões há 40 anos.

(E lá estou a continuar a contar o tempo para trás. E às décadas...)

Se há 4 décadas celebramos 25 de Abril, nesta outra comemoração cabe recuar mais meia década, ir até à “idade média” da Associação dos Inquilinos Lisbonenses, isto é, até aos seus 45 anos quando se assinalam os seus 90 anos

Terei de ser breve, com esta ordem de trabalhos e ao ver-me integrado neste painel de intervenientes verdadeiramente “de luxo” (que saúdo), para que apresento as credenciais de ter participado em colóquio de 1968 da Associação e de ter acompanhado com muito interesse o colóquio de 1969, promovido pelo Ministério das Corporações, tendo até publicado um livrinho de textos e colagens **sobre habitação**, na sequência desses colóquios.

Esses colóquios que, para lhes dar um início, foram os do Sindicato dos Bancários e o da Associação dos Inquilinos em 1968, em que participei – e muito aprendi – excelentemente acompanhado por Luís Bruno Soares e Emídio Santana.

Mas não pretendo – nem poderia! – “fazer História”, venho apenas lembrar que tudo se insere num processo em que o tempo conta. E muito.

Em 1968, Salazar caiu da cadeira. Mas não se pense que tudo (ou algo de decisivo) começou com esse bater da cabeça do ditador contra o empedrado do chão.

Portugal de então estava condenado a mudar por mais que o poder instalado o quisesse fazer na continuidade, isto é, sem mudanças verdadeiras.

O Relatório Preliminar do III Plano de Fomento (para 1968 a 1973... portanto ainda sob a mão enluvada e férrea de Salazar), esse relatório auto-denunciava que 25% das famílias portuguesas tinham rendimentos mensais inferiores a 800 escudos (4 euros), 90% inferiores a 2,6 contos e só uns escassos 2,3% tinham rendimentos mensais iguais ou superiores a 5 contos. Como então escrevi *“Estes números dispensavam outros relativos à situação habitacional (que, tal como outras situações de referência social, e exigências de mudança de organização administrativa-económica, se encontravam, implícitas ou explícitas)”*...

e continuava

*“Será redundante dizer quais as condições de habitação de uma população com tais níveis de rendimentos e integrada numa estrutura social em que a habitação se equacionou (ou se afirmou que continuaria a equacionar) em termos de mercado: ao nível dos solos, ao nível da construção, ao nível dos alugueres”.*

Estes trechos faziam parte de uma abordagem sintetizadora desses colóquios (publicada na *Seara Nova*) dividida em **1. a necessidade de habitação, 2. a situação do problema, 3. o problema das condições, 4. a política na habitação, 5. a habitação numa política.**

O que queria sublinhar é que, nesses idos anos de antes de 74 (de antes de 70...), os colóquios sobre habitação foram significativos sinais (signos sinais) do que germinava nas entranhas da sociedade, com uma resistência organizada e clandestina de sempre, com manifestações deste tipo, rumo a reais mudanças.

E faça-se uma breve sinopse cronológica

- III Plano de Fomento
- Colóquio da AILisbonenses
- Conversas em família de Marcelo Caetano
- Colóquio do Ministério das Corporações
- Reacção dos senhorios



O III Plano de Fomento equacionava alguns problemas e situações a exigirem intervenção, num quadro de incompatibilidades por ausência de liberdade e democracia e persistência em perda (desde o início) guerra colonial.

O colóquio da ALLisbonenses colocava o dedo nalgumas feridas visíveis, como o da habitação, que as *conversas em família* de Marcelo Caetano não negavam apontavam mezinhas para elas, como foi o colóquio promovido pelo Ministério das Corporações (um dos 5 ministérios ligados à área... além da Presidência do Conselho de Ministros), com pompa e circunstância, enunciando a discussão em que, no programa do terceiro dia de colóquio – **financiamento e execução de habitação** (que melhor se teria dito **e execução de uma política de habitação**) –, se relevavam 4 sectores

intervenientes – **privado, cooperativo, semipúblico e público** –, e em que ficaram por discutir os aspectos relacionados com os dois últimos sectores, logo o semi-público e o público ou estatal, que seriam essenciais e razão de ser real da discussão levantada, no entanto, como sempre, de difícil abordagem em governos primordialmente gestores (ao seu nível) de interesses privados. De classe, no contexto da correlação de forças.

A reacção dos senhorios, neste quadro, teve a sua expressão paradigmática que ilustro (para poupar palavras e tempo...) no prefácio ao meu livrinho:

*«A perspectiva de se ver discutido, na Assembleia Nacional, um projecto de legislação que possibilitaria aos senhorios de Lisboa e do Porto fazer rever as rendas de casas, levantou*

*forte reacção da parte de quem se pode considerar “forças vivas” da população.*

*Desde o início nos pareceu que não se tratava de discutir o projecto. Ou melhor, desde sempre nos pareceu que muito pouco seria discutir-se o documento que corria os seus trâmites para se impor como lei. Antes do projecto, ou para além do projecto, impunha-se discutir **porque** e **como** apareceu, impunha-se afrontar (mais uma vez e na oportunidade) o problema da habitação, apreciar as prioridades de uma actividade pública, não esquecer a inflação. Em resumo, e para não alongar a lista, o projecto facultava a mobilização das pessoas para discutirem os seus problemas, de que andam afastadas (e não por acaso...) e de*

*que se aproximam quando mais fundo lhes toca, ou sentem que lhes tocam, o dia-a-dia. (...)*»

Tendo-me sido pedida colaboração, no âmbito da editora e jornal em que então me “mexia”, logo anui (é pecha antiga e infinita enquanto dure...!), elaborei um questionário para formar um dossier com as respostas, que enviei a diversas entidades... e apenas uma (por as outras não terem respondido ou terem sido cortadas pela censura) me teria sido “possível” publicar (e foi a da Associação dos Inquilinos Lisbonenses!).

Por isso, ficou o dossier sem efeito e publiquei o caderno com textos e colagens relativos aos colóquios sobre habitação de 1968 e 1969. Para contribuir para a reflexão e debate.

Mas adiante... embora não resista a respigar algumas frases e reflexões de há 44/45 anos (...):

**1** “No primeiro dia, pôs-se a questão da política da habitação como uma opção de raíz política. No segundo dia tratou-se da política dos solos. E não há dúvida que o colóquio tem andado “agarrado á terra”. O que pode surpreender, mas só quem não se aperceba da gravidade e maturidade dos problemas.”

**2** “O preço dos terrenos, a política de solos, é, de certo, uma das causas da situação. Mas é, também, um reflexo. Um reflexo do desajuste entre os objectivos concretos prosseguidos dentro de uma estrutura socio-política e afirmações (até constitucionais) de finalidades sociais da actividade política.”

**3** “Não deixamos de registar o «saboroso» da leitura do texto introdutório do decreto de 1947 (há 22 anos!) sobre o problema habitacional, leitura feita por quem tratou do sector cooperativo. As intenções (afirmadas em legislação ou em colóquios) pouco valem, e se daqui até 1991 (1969 mais 22 anos) não mudar *efectivamente* algo de estrutural na sociedade portuguesa, talvez a leitura das conclusões deste colóquio provoque, então, o riso amarelo que o texto do pós-guerra suscitou agora. Conclusões que, como disse um

participante no debate, antes de o serem já estão nos relatórios preparatórios dos planos de fomento.”

**4** “Uma coisa tem estado latente, desde uma dúvida expressa no primeiro dia «*Para que sociedade queremos tender?*». Não tem havido tarde ou noite em que a dúvida se não renove.”

**5** “Ainda não se sente o problema «onde viver» quando a sobrevivência é difícil.”

**6** “Habitar não é «encontrar onde», também não é só «construir como», habitar já é (ou já começa a dever ser) «viver onde e como».”

**7** “Este o outro lado. Dizer que vivem em barracas pessoas e famílias que têm automóvel e antenas de televisão, não ilude o problema da habitação, mudando-lhe as coordenadas. Agrava-as, revelando que há necessidades primárias não satisfeitas, mas em alguns casos (embora não tão significativos como por vezes se quer fazer crer), por efeito de imitação e da «criação» de necessidades, há famílias que observam, em relação a necessidades primárias, um real subdesenvolvimento cultural, por uma ausência de promoção no nível das necessidades primárias, preteridas por sinais de uma civilização a que são marginais (*que as marginalizou!*). A título de exemplo, podemos referir o consumo de leite, e os hábitos higiénicos.

Esta observação reforça a conclusão, que nos parece muito importante ter presente, que o problema da habitação, sendo efectivamente um gravíssimo problema social, não é sentido pelas populações subdesenvolvidas (*culturalmente*) como premente. E reformamo-lo como sinal extremamente dramático do subdesenvolvimento cultural, juntando-lhe a ilustração do emigrante português e das condições em que se «aloja» nos subúrbios das grandes cidades europeias.”

Sempre centrei as minhas abordagens (ou para elas parti) do conceito das necessidades humanas, e com base nelas situar-nos em 2014 e preencher estes 22 + 22 + 22 anos.

Em 1947 – ano do decreto-lei que fez sorrir em 1969!

Em 1968/9 – os colóquios referidos

Em 1991 – com a adopção aberta “da economia de mercado” como ideologia e prática, não obstante a Constituição – a de 76, com as suas 7 revisões –, do neo-

liberalismo e monetarismo, da financeirização da economia postergando ou ignorando as necessidades humanas (ou dos humanos), da população, tanto quanto as eleições o permitem; a construção civil sem plano ou regra, o crédito e a especulação sem medida, o endividamento quase se diria suicida, em que a compra de habitação própria foi quimera e engodo.

Em 2013/14 – necessariamente o fim de um ciclo (de que se pode prolongar o estertor como em 1968/69), com a adopção até ao insuportável do... mais que ultra... fanaliberalismo (de fanático: vejam-se as reacções ao caso PT...).

...



**Sobre habitação? Por uma habitação condigna (hoje e amanhã!) ?!**

Vão ter um dia inteiro (o que me parece escasso...) para ouvir e debater com quem sabe da matéria.

Por mim, disse!

**BOM TRABALHO!**